

DE ONDE VEM OS PROFESSORES?

WHERE DO TEACHERS COME FROM?

Samuel Jurkiewicz*

Resumo

O texto aborda as condições de recrutamento, formação e exercício da profissão docente. As interações entre estes três eixos são analisadas, apontando as distorções induzidas nos diversos níveis da educação formal, com ênfase na educação infantil.

Palavras-chave: Ensino fundamental. Exercício da profissão docente. Excelência docente.

Abstract

The text addresses the conditions of recruitment, training and exercise of the teaching profession. The interactions between these three axes are analyzed, pointing out the distortions produced in the various levels of formal education, with emphasis on early childhood education.

Keywords: Basic education. Exercise of the teaching profession. Teaching excellence.

* Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Engenharia de Produção da COPPE. Professor convidado do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

Uma fábula

Dois fazendeiros plantavam trigo. O filho de um deles perguntou ao pai:

— Por que não utilizamos os melhores grãos para fazer nosso pão? Nossos vizinhos fazem assim e seu pão é mais saboroso.

O pai respondeu:

— Usamos nosso melhor trigo para replantar. A cada colheita nosso trigo melhorará e teremos bom pão por muito tempo.

Introdução

O que devemos fazer para ter uma educação de qualidade? Essa pergunta é subjacente a qualquer debate envolvendo o futuro da nossa sociedade.

Não apresentaremos exemplos, pois eles seriam pobres em relação a todas as responsabilidades que são colocadas sobre a educação. Saúde, economia, profissão, cultura, estabilidade social e individual - todo debate se encaminha imediatamente para a educação.

Quando nos referimos à educação não estaríamos nos referindo necessariamente à escola - mas na verdade, é isso que acontece. A maior parte da nossa população tem como fonte principal (e frequentemente única) de educação formal a escola.

Essa escola tem sido cada vez mais sobrecarregada com responsabilidades e obrigações. Ela é (ou é tratada como sendo) o veículo principal não só da educação acadêmica, compartilhada em disciplinas, como de toda e qualquer necessidade que a sociedade apresente ou venha a apresentar. A sociedade espera que a escola cumpra esse papel e quando isso não acontece exprime sua crítica na mesma proporção de sua decepção.

Na linha de frente da interface escola-sociedade estão os professores.

Levando-se em conta que a educação da maior parte da população depende da escola pública, são principalmente os professores destas escolas que nos interessarão neste artigo. E a pergunta é: onde a sociedade vai buscar seus professores?

Como se constituiu o professor que está em sala de aula?

Existe uma tendência a localizar os problemas encontrados nas escolas na formação dos professores. A formação é importante, mas não deveria ser a primeira preocupação. Afinal, seria muita ingenuidade acreditar que uma formação de quatro anos habilitasse o professorado a cumprir as tarefas que a sociedade deseja e precisa que sejam cumpridas dentro da escola.

De forma simples podemos identificar três etapas que levam o professor à frente de sua sala de aula: o recrutamento, a formação acadêmica e o exercício da profissão.

Enunciada desta forma, essa seqüência já antecipa as dificuldades na obtenção de um professorado condizente com nossas ambições (sobre as quais falaremos adiante). De fato, não se pode esperar que uma formação acadêmica possa fazer desaparecer as imensas deficiências dos professores que temos conseguido recrutar.

Não se pode, é claro, localizar as dificuldades de recrutar quadros adequados na formação – não e ela que os afasta. A dificuldade em recrutar bons quadros pode em grande parte ser localizada na terceira etapa, o exercício da profissão. Esse exercício inclui retribuição material, condições de trabalho e respeitabilidade social. Outra vez não nos preocuparemos com exemplos – o atendimento insuficiente dessas três condições é sobejamente conhecido.

Já estamos delineando a inter-relação complexa dessas etapas; elas não podem simplesmente ser tratadas como etapas cronológicas. Mesmo assim vale a pena detalhar cada uma delas de modo a tentar localizar as relações de causa e efeito ou a simultaneidade de sub-etapas.

Recrutamento

O termo pode parecer estranho, mas é exato. Há uma tendência a depositar no indivíduo a vontade de “trabalhar com educação”. Vocação é necessária, embora nem sempre esteja presente. E mesmo quando esta vocação existe, ela não é suficiente.

Costuma-se atribuir à educação atributos de “boas obras”; é algo que os cidadãos “merecem”, sem a qual a cidadania dos indivíduos não será plena; é um fator de redução da desigualdade social; é uma medida de democracia social. Esses e outros aspectos são constantemente lembrados. Mas mesmo com todos esses incentivos, a educação ainda apresenta resultados desanimadores em nosso país. O resultado dessa abordagem não tem sido positivo mesmo nos seus próprios termos.

Nos últimos 20 anos começou a ficar claro que essa não é a única abordagem, o único motivo para se ter uma educação de qualidade e universalizada. A educação é um vetor estratégico no planejamento futuro de uma sociedade.

As economias mais desenvolvidas já se aperceberam deste fato desde o final da 2ª guerra mundial. A França investiu maciçamente em educação ao sair da 2ª guerra, deixando para traz uma geração dizimada pela guerra e instrumentando uma nova geração desde sua infância. A Rússia/União Soviética começou antes, saindo de uma sociedade feudal no começo do século XX para uma sociedade industrializada, pondo um homem no espaço menos de 50 anos após à Revolução. Após esse feito os Estados Unidos direcionaram sua educação para a área técnico

científica até colocarem um homem na lua. Na Ásia, o Japão aniquilado, mas proibido de fazer gastos militares, investiu enormemente em educação e tecnologia. Os exemplos incluem também o uso da Alemanha das verbas de reconstrução, a China, que duplicou os artigos científicos produzidos a cada cinco anos no período subsequente à revolução cultural. Os exemplos chegam a nossos dias, especialmente nos países asiáticos. Todas essas iniciativas, quer concordemos ou não com seus princípios pedagógicos e sociais, contemplaram um recrutamento de professores capazes de implementá-las – apoiados, é claro, por uma estrutura material e social correspondentes

Ao utilizar a educação como vetor estratégico estas sociedades privilegiaram as suas necessidades futuras coletivas e não as individuais. Mesmo a França, com sua tradição humanista, direciona, por exemplo, a formação de profissionais de saúde segundo as necessidades regionais.

Todos querem, digamos assim, a felicidade e o bem estar dos indivíduos, mas a evolução da sociedade como um todo tem prioridade.

O que tem isso a ver com o recrutamento? Ora, claramente estamos perguntando quem tem vocação, quem deseja ser professor e ficamos esperando ardentemente que um número suficiente de gente vocacionada e competente atenda ao chamado da educação. Não é um bom plano.

De fato recebemos gente vocacionada e gente competente, mas a interseção desses conjuntos está longe de suprir as necessidades educacionais de um sistema ainda enormemente deficitário e ainda em expansão. O que os exemplos acima nos mostram é que essa vocação e competência foram induzidas. Não se pode acreditar que o Brasil tenha tão pouca gente vocacionada e/ou competente para a educação; essa vocação não está sendo provocada e a competência não está sendo formada. Pior ainda, não está sendo exigida.

Chegamos a um ponto extremamente delicado. Afirmamos que não estamos recrutando quem merece se professor, mas quem deseja ou precisa. Essa afirmação é arriscada, pois o autor imediatamente se expõe às acusações de inimigo do professorado e de antidemocrata. Nada menos verdadeiro

A segunda acusação é mais fácil de contestar: afinal o que se postula é que os alunos devem receber a melhor educação possível, e isto não está acontecendo. Claro, não apenas pela fragilidade de nosso exército docente (as condições de trabalho e o parco reconhecimento da profissão se encarregam também de aviltar a educação), mas também por causa dessa fragilidade. E para não contradizer o que já foi escrito acima, não é somente por respeito individual ao alunado que devemos ter os melhores professores possíveis; a sociedade demanda quadros

melhor preparados e isso só é possível com excelência docente. E no terreno individual o que temos hoje é uma apartheid educacional – educação de boa (às vezes nem tanto) qualidade para quem pode e educação apenas suficiente para a maioria.

Quanto à primeira acusação não cremos que se deva confundir cada professor com a categoria como um todo. Bons professores (vocacionados e competentes) são raros em qualquer sociedade e basta um ligeiro aquecimento da oferta de trabalho para subtrair uma parte destes professores à carreira docente. Especialmente nas áreas tecnológicas o apagão no ensino secundário é iminente no Brasil, mas também nos Estados Unidos, França e Inglaterra. Mas no nosso caso esse problema tende a ser crônico. Não imaginamos que a exigência de qualidade possa ser ofensiva e menos ainda como a proteção à mediocridade possa trazer benefício à imagem social do professorado.

Como convocar os melhores quadros para a tarefa de educar? Não podemos responder a esta questão sem abordar as etapas posteriores.

Formação

Não trataremos aqui da formação em si mas da atitude que informa e direciona a nossa atitude em relação à formação acadêmica. Esta atitude tem sido de fornecer ao professor os conteúdos e ferramentas pedagógicas necessárias a sua prática profissional. São conhecimentos necessários, mas insuficientes. Ao entrar em sala de aula este professor vai se encontrar com uma diversidade enorme de situações passadas, disposições presentes e ambições futuras.

Olhando para as especificidades dessa atitude em cada segmento vale assinalar que o nível de competência desejada do professor acompanha os segmentos de ensino. Assim exige-se uma formação universitária completa para o exercício da profissão no ensino secundário, mas a exigência no início da escola fundamental freqüentemente se limita à capacidade de cuidar dos alunos, de ensinar a ler, escrever e a operar com a aritmética básica - fora dos grandes centros a ocorrência de professores leigos é significativa. Automaticamente aloca-se importância diferenciada e crescente a um segmento quanto mais esse segmento esteja próximo da universidade.

Pode-se ver claramente que esta opção de formação influencia diretamente o recrutamento e reforça a apartheid pedagógica. Uma educação aprimorada nos primeiros segmentos é crucial na formação de diferenças nos segmentos posteriores. Exigir menos dos professores que tratarão desse primeiro segmento equivale a fomentar as dificuldades e postergar as responsabilidades para os segmentos seguintes.

No ensino secundário essa mesma opção se reproduz; com freqüência as licenciaturas (muito mais freqüentemente nas disciplinas ditas exatas) são tratadas como opção secundária para aqueles que não se tornarão pesquisadores. O saber necessário à prática do magistério é desconsiderado, quando não negado, o que é expresso no conceito de que basta dominar o conteúdo para poder transmiti-lo. Paradoxalmente essa mesma atitude propõe uma menor exigência para aqueles que se dirigirão ao ensino pré-universitário. O professor pré-universitário poderia, nessa concepção, exercer suas funções dominando apenas uma parte central da sua disciplina.

Essa atitude em relação à formação contribui fortemente para uma educação de má qualidade. A formação para o exercício do magistério deveria ser igualmente exigente para todos os segmentos pré-universitários (desde a educação inicial) e muitos professores universitários se beneficiariam de um maior rigor na sua formação pedagógica.

As observações sobre as duas primeiras etapas (recrutamento e formação) apontam fatalmente para a terceira - por que alguém desejaria se tornar professor? E quanta dedicação essa vontade mereceria? Enfim, o que é oferecido ao pretendente como exercício da profissão?

O exercício da profissão

Como referido anteriormente, abordaremos três aspectos principais do exercício da profissão: a retribuição material, as condições de trabalho e a respeitabilidade social. Outra vez, não nos compete dizer como o professor deve exercer sua profissão. Estamos interessados em como esse exercício se dá.

Retribuição material

A retribuição material é universalmente invocada como um motivo da má qualidade da educação. Essa retribuição material, em geral, é identificada como salário, mas não é sua única forma; o exercício público do magistério oferece garantia de estabilidade – o que, diga-se logo, consideramos necessário. Entretanto, o que deveria ser uma garantia para o exercício livre da profissão há muito tempo é utilizado como moeda de troca: os professores devem aceitar um salário menos digno pois ocupam um posto perene – e isso tem um valor material.

Somos a favor da estabilidade, mas não como moeda de troca. Ela deveria servir de garantia de independência necessária a um bom professor para analisar e estabelecer prioridades em sua sala de aula (dentro de um projeto coletivo negociado). Para tanto faz-nos falta um terceiro vértice do triângulo: a avaliação.

Só tem sentido postular uma retribuição correta e um plano de carreira condizente com estabilidade se o trabalho do professor puder ser objeto de avaliação periódica e consistente. É exatamente o que não acontece. O salário e o plano de carreira são insatisfatórios (salvo talvez no nível universitário) e a estabilidade, ao invés de justificar uma avaliação necessária é usada como pretexto para a aceitação de condições de trabalho de outro modo inaceitáveis. O salário no magistério público seria impossível no setor privado (onde não há estabilidade e a avaliação, justa ou não, é inerente ao poder patronal).

Esse é o motivo pelo qual o simples aumento de salário não tem o poder de produzir um melhor resultado educacional. Os professores não trabalham pior porque ganham pouco; o triângulo salário baixo – estabilidade – ausência de avaliação produz um contrato de mediocridade que afeta diretamente o recrutamento de professores e a sua formação.

Condições de trabalho

As condições de trabalho são motivo de críticas de todos que interagem com a educação, e mais diretamente por professores e alunos.

As salas de aula onde os professores exercem sua profissão não seriam as escolhidas por eles para seus filhos. O mobiliário é freqüentemente inadequado; os locais de convivência são, no máximo, aceitáveis; os materiais disponíveis para o trabalho são escassos, quando existem, e de qualidade muito abaixo do desejado.

Pode-se argumentar, com razão, que se tem procurado investir em alguns itens. Os programas de distribuição de livros didáticos avançaram muito (com um esforço de avaliação meritório mesmo que com falhas remanescentes), mas não pode ser separado do contexto do exercício da profissão. Os livros, mesmo os de boa qualidade, buscam a característica perversa de se substituir ao professor. Eles incluem planos de aula prontos que pressupõem a aceitação do professor antes mesmo que ele tenha se dedicado a desenvolver seu próprio arbítrio sobre o que, como e quando de trabalhar com o grupo que tem em sua sala de aula. O mercado do livro didático na escola pública é um negócio milionário e essa característica deve ser vista nesse contexto. Essa relação entre um negócio milionário e um serviço público de importância nacional estratégica se apóia também no triângulo descrito acima. O mesmo bom livro que serve de instrumento para um professor bem recrutado e bem formado serve de escudo para a falta de iniciativa.

E, claro, computadores. Há iniciativas para todos os gostos e muitas escolas exibem hoje salas de informática. Alguns estados se propõem a munir seus professores de laptops. Como

comentário, citarei a frase de um diretor de escola: “Não é difícil obter computadores, pois sempre há quem os venda. Mas não temos quem nos venda bons professores”.

E mesmo com investimentos importantes e até volumosos, as condições de trabalho do professor são consideradas universalmente como inadequadas – e freqüentemente como inaceitáveis.

Respeitabilidade social

Da mesma forma que o reconhecimento material, o reconhecimento social deixou de ser um atrativo para a profissão de professor já há muito tempo. A expansão da educação, muito rápida e forte, induziu um aumento do exército docente para o qual a sociedade não estava preparada. Esse aumento, nestas condições, não pode acontecer sem um significativo aviltamento da profissão; este foi o custo do aumento numérico.

O declínio do prestígio da profissão docente não é um fato recente. Não seria difícil enumerar exemplos de referência a esse declínio no teatro, cinema e outras expressões populares (um exemplo famoso é a peça de teatro “Topaze” de Marcel Pagnol em 1928, na França; no Brasil recente temos a “Escolinha do professor Raimundo” de Chico Anysio, por onde passaram todos os humoristas da televisão). Essas expressões mereceriam maior credibilidade do que as versões bem-comportadas exaltando a profissão. Pois esta é uma dicotomia freqüente: a sociedade tem consciência de qual deveria ser o reconhecimento do papel do professor, mas o retrato livre da literatura e outros encontra aí campo fértil para a ironia e sarcasmo.

Nos anos 80 do século XX era comum ver nas ruas carros com os dizeres “Hei de vencer mesmo sendo professor” ou, mais agudo, “Não me seqüestre, sou professor”. Essas manifestações públicas abrandaram - a sociedade parece começar a compreender a tragédia embutida na visão ambígua que a profissão docente desperta: ao aviltar a profissão docente a sociedade se avilta mais ainda.

Estamos falando de uma manifestação simples, mas a síntese do que vai acima é que a sociedade reconhece que o valor social dado ao professor é inferior ao que essa mesma sociedade julgaria justo.

Conseqüências e finalidades

O quadro descrito acima se configura como uma receita para o desastre: recrutamos mal, fornecemos formação apenas suficiente e oferecemos um reconhecimento social inaceitável para a profissão docente. Independentemente de outros fatores, esse ciclo pernicioso já é garantia de

uma educação fragilizada e incapaz de fornecer quadros para a execução das estratégias sociais, sejam quais forem.

Vale a pena tocar neste ponto: o que queremos da educação? Dogmatizamos a educação como forma de democratizar a sociedade e de aplainar desigualdades sociais (dois objetivos diferentes, note-se). Essa atitude confunde conseqüências com finalidade.

A democratização e a igualdade social são funções da sociedade como um todo, frutos da organização civil e das lutas pela representatividade. Parte dos requisitos para a consecução desses objetivos é (ou deveria ser) fornecido pela escola, mas os instrumentos fornecidos por uma boa educação são igualmente úteis para a inserção no mercado de trabalho e consecução de ambições individuais.

Habilidades de comunicação (com ênfase na comunicação escrita e lida), habilidades quantitativas (contagem, medida, cálculo), habilidades espaço-temporais (espaço vivido, história e relações sociais) são exemplos simplificados de pré-requisitos tanto para a inserção na sociedade moderna como para a formação da consciência. Reduzir a responsabilidade da escola a esta última finalidade é um engano que acarreta prejuízos aos indivíduos e à sociedade.

A sociedade precisa de quadros para seu funcionamento e desenvolvimento e os indivíduos enxergam (ou deviam enxergar) a escola como um dos recursos para sua inserção neste sistema. Todos desejamos igualdade e democracia, mas a inserção na sociedade exige mais do que isso. A inserção cultural e tecnológica é uma ambição de cada um e uma inserção mal feita dos indivíduos prejudica toda a sociedade.

O acesso à globalização tem sido feito por aquisição de gadgets tecnológicos e modelos culturais efêmeros, com representações locais seguindo os modelos dos mercados globais. Uma das funções que a educação deve ambicionar é a inserção cultural e tecnológica como produção e não como consumo. Essa não é uma atitude puramente nacionalista e ideológica (embora nenhuma atitude possa se eximir disso), mas uma atitude pragmática: uma sociedade que só consome empenha seu futuro.

Para cada tonelada de chips que importamos, exportamos (com igual valor) mil toneladas de minério de ferro. Mesmo que isso pudesse (e não pode) perdurar por cinco gerações a mensagem do mercado é clara. Ao não investirmos em educação tecnológica e cultural significativa estamos hipotecando o futuro e obstruindo o acesso à democracia e à igualdade.

É preciso que tenhamos a coragem de confiar em quem vem à escola; formar e desenvolver todo tipo de conhecimento e exigir que esse conhecimento seja de fato

desenvolvido/adquirido em níveis de excelência compatíveis com nossas ambições; e acreditar que esse é o primeiro passo para o desenvolvimento da consciência necessária (mas não suficiente) à obtenção de democracia e igualdade.

Para isso, é claro, precisamos de professores

Onde estamos?

Nossa educação mudou muito em menos de um século. Um investimento maciço foi feito na pós-graduação, usando um modelo de financiamento de formação que se mostrou dispendioso mas eficiente. Mesmo assim, a quantidade de mestres e doutores formados a cada ano ainda é insuficiente para suprir a demanda e o modelo começa a apresentar alguns sinais de fadiga. Não sabemos se os sistemas existentes seriam capazes de atender às demandas internas de formação, isto é, se uma quantidade muito maior de graduados viesse a postular a pós-graduação *strictu sensu*. Não sabemos quais seriam as conseqüências sistêmicas de um incremento quantitativo e qualitativo de nossas graduações. No momento assistimos a um incremento quantitativo, mas com tendência visível a uma diminuição de qualidade.

O ensino secundário foi universalizado, mas não podemos dizer que os que o concluem recebam efetivamente o necessário. Todas as pesquisas apontam a fragilidade desse segmento e mesmo centros importantes, cultural e economicamente, apresentam um índice alarmante de falhas em níveis básicos. É uma situação incompatível com qualquer que seja a ambição de nossa sociedade.

Deixemos claro que muito esforço tem sido feito com tentativas de fazer da escola uma instituição melhor do que já foi e de oferecê-la a todos os indivíduos. Sem distinção de viés político, muito tem sido feito e muito tem sido gasto. O fato de que, apesar disto ainda estejamos nos debatendo na mediocridade mostra que talvez estejamos tentando resolver os problemas pelo meio do caminho, tentando corrigir o caminho da flecha depois que ela já foi lançada.

O planejamento de uma usina hidroelétrica precede de 15 a 20 anos a sua construção e muito tempo se passa antes que uma lâmpada possa ser acesa com a energia produzida. O que está sendo feito e o que viermos a fazer em relação à educação só se mostrará em duas décadas. Seja como for, recursos de outras áreas da sociedade precisarão ser drenados para a educação, significando menos consumo, sacrifícios materiais e sociais. Podemos não fazer isso, é claro, mas o custo para as próximas gerações será ainda mais alto do que está sendo para a nossa.

Uma visão particular

Aqueles que esperam um plano ou receita ficarão decepcionados. Não temos experiência pública que nos autorize a arrogância. Mas temos a vivência e convivência com professores de diversos níveis e de diversas localidades, que nos autoriza uma opinião. Independentemente da formação temos encontrado professores excelentes, outros nem tanto e professores que não estão capacitados para a tarefa a que estão afetos. Preferiríamos que os primeiros fossem mais frequentes.

Nossa visão particular é de que isso é possível e de que devemos começar pelo começo. Os primeiros anos de escola são decisivos e aí não deveríamos nos contentar com menos do que ótimos professores e até, se possível, excelentes.

Professores que entregassem a massa discente à 6ª série com conhecimentos e capacidades que os habilitasse a absorver conteúdos e desenvolver processos ameadados em mais de um milênio de produção cultural, científica e tecnológica. Pois é isso que se postula entre a 6ª série do ensino fundamental e o final do ensino secundário.

Esperar que nossos alunos se encontrem, repentinamente, nesta posição não é uma esperança razoável. Eles precisam de um professor excelente: bem recrutado, bem formado e convicto (por si e pela sociedade) da importância de sua profissão.

Um professor excelente para essa tarefa só pode ser encontrado se já for recrutado neste estado. Ele deve ter tido uma educação e um ensino condizente com o que esperamos que ele desempenhe; ele deve ter tido acesso a conhecimentos e habilidades que o conduzam, no mínimo, a um diploma universitário; deve ser selecionado com critério e apresentar qualidades docentes evidentes.

O padrão descrito é próximo ao recrutamento de professores universitários. Um professor neste patamar poderá perfeitamente ser co-optado por outros setores que não a educação principalmente pela condição de exercício profissional. É preciso, portanto, que a sociedade contraponha recompensa material, condições de trabalho e reconhecimento social que o mantenham na profissão.

Para que um professor desta qualidade seja recrutado são necessárias estas condições, mas precisamos mais. É necessária uma formação acadêmica condizente e específica para este nível de atuação docente. A formação exigida hoje é o nível secundário. Desde a última década do século XX tem-se tentado que os profissionais desse segmento tenham grau superior, mas isso não foi alcançado e quando o foi, a formação ainda deixa a desejar.

Resumindo: procuramos um professor de nível superior, com formação específica para a educação infantil e selecionado por suas qualidades (e não somente por sua vontade). Para tanto devemos oferecer

- Remuneração competitiva;
- Condições adequadas de trabalho;
- Reconhecimento social;
- Estabilidade profissional (condicionada ao cumprimento do seu contrato).

Devemos exigir:

- Dedicção exclusiva à docência;
- Avaliação periódica da qualidade do seu trabalho;
- Permanente atualização dos conhecimentos e habilidade que afetam seu trabalho.

Devemos oferecer e exigir:

- Combate permanente contra a solidão acadêmica-todo professor tem algo a oferecer e algo a obter da sua convivência com os colegas professores e profissionais de outras áreas
- Contato constante com os atores sociais que interagem com a comunidade docente e discente
- Contato constante com os atores econômicos que interagem com a comunidade docente e discente
- Interação com as outras comunidades onde ocorrem situações educacionais (p.ex. outras escolas, universidades, museus e institutos de pesquisa).

Finalizando

Reverendo o que apresentamos, em especial o que enumeramos acima, pode-se pensar em utopia. Na verdade, essas exigências – executadas ou não – são o lugar comum da docência universitária. Classificá-las como utopia para desqualificá-las como implausíveis revela o engano que é postergar a exigência de excelência para os níveis superiores. Acreditar que a excelência acontecerá após anos de mediocridade é ingenuidade nociva ou má fé.

Há obstáculos materiais, sim, mas recursos vultosos já foram despendidos em educação superior e pós-graduação quando dispúnhamos de menos e ambicionávamos menos. Começar a pressionar nosso sistema educacional pelos primeiros anos será dispendioso, exigirá sacrifícios,

mas não imaginamos caminho melhor para convidar a presença da sociedade na escola do que postular a excelência nos primeiros anos da educação.

Só assim a sociedade será educada para exigir excelência em todos os níveis e em todos os aspectos da sua atuação. Democracia e igualdade são apenas dois importantíssimos aspectos da excelência social.

Dois textos

Não tratamos aqui das teorias da educação. Elas são variadas e têm, cada uma, defensores e detratores. Procuramos tratar da tarefa docente, de quem a exerce, e de sua dignidade. Adotamos o princípio de não citar, não por soberba, mas por acreditar que todos sabem mais do que dizem. Cada palavra é de nossa responsabilidade.

Dois textos, entretanto, permaneceram em nossa mente durante o tempo de escrita: “Os Professores na Virada do Milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas” de António Nóvoa (Universidade de Lisboa), 1999, visitado em 20/05/2011 no sítio repositorio.ul.pt/bitstream/10451/690/1/21136_1517-9702_.pdf Neste texto Nóvoa explicita a diferença entre como a sociedade se refere aos professores e à educação e como são as práticas dessa mesma sociedade.

O segundo texto é “Saber e Ensinar Matemática Elementar”, de Liping Ma (Editora Gradiva, 2009, a edição americana original data de 1999). A autora localiza o desempenho superior em Matemática dos alunos chineses em relação aos alunos americanos em sua educação inicial e na formação de seus professores. Interessa-nos especialmente o final do capítulo 6, onde a autora descreve as formas de trabalho dos professores de Matemática chineses.